



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

DISPUTAS, TERRITÓRIOS E RESSONÂNCIAS: AS FEIRAS COBERTAS DO PADRE  
EUSTÁQUIO

**Luísa Lopes Greco** (Universidade Federal de Minas Gerais) - [luisalopesgreco@gmail.com](mailto:luisalopesgreco@gmail.com)  
*Bacharel e mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG.*

## Disputas, territórios e ressonâncias:

### As Feiras Cobertas do Padre Eustáquio

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001*

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) – Bolsa de pós-graduação*

## 1. INTRODUÇÃO

É do reconhecimento do abismo entre os avanços teóricos e a prática de processos compartilhados do espaço que este trabalho se inicia. Entre elaborações rumo a construções mais democráticas das cidades e ao mesmo tempo riscos de uma ampliação dos canais de participação sem a ampliação do poder de decisão de fato, o que pode ser feito? O questionamento sobre o modo como as pessoas se articulam para decidir sobre o espaço que ocupam encontra reverberação na Feira Coberta do Padre Eustáquio (FECOPE), um dos mercados municipais de Belo Horizonte (BH) que integra o atual processo de concessão e requalificação pelo período de 25 anos para a iniciativa privada.

Além da FECOPE, o Mercado Distrital de Santa Tereza, o Mercado Distrital do Cruzeiro, a Central de Abastecimento Municipal/ Feira Coberta do Bairro São Paulo e o quarto andar do Mercado Novo também fazem parte da proposta – o Mercado Popular da Lagoinha foi retirado durante sua tramitação na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH). Este artigo visa, portanto, tratar das *movimentações* sociais, em sua complexidade, em torno da FECOPE (mas que extrapolam seu entorno), buscando evidenciar suas práticas emancipatórias, suas articulações, suas rupturas, seus conflitos e suas repercussões no território.

Como coloca o geógrafo Marcelo Lopes de Souza, o debate da democratização da gestão urbana deve partir da articulação entre o social e o espaço urbano, ou ainda mais especificamente da espacialidade da mudança social. Para o autor, o planejamento e a gestão de uma cidade significa, acima de tudo, gerir relações sociais, suas dinâmicas, seus vínculos com o espaço em sua dupla qualidade de produto e condicionante.

Para a abordagem sobre tal gestão, Souza, M. (2006) foca na esfera institucional, de maneira crítica, ao propor uma escala de avaliação da participação popular para além da dicotomia heteronomia-autonomia, abarcando seus diferentes graus de abertura<sup>1</sup>, atento àquelas associadas à

---

<sup>1</sup> A escala de Marcelo Lopes de Souza (2006) é uma adaptação da "escada da participação popular" proposta por Sherry Arnstein em 1969: coerção, situações de extrema heteronomia, frequentemente não há nem a tentativa de se apresentar de outra forma; manipulação, população atingida é induzida a aceitar certas medidas que não aceitaria se tivesse pleno conhecimento da proposta; informação, o Estado disponibiliza informações sobre as medidas planejadas, podendo ser menos ou mais transparente; consulta, a própria população é ouvida,

"ilusão de participação", junto a indicadores de consistência participativa<sup>2</sup>, como categorias a título de aproximação – submetendo à crítica o próprio planejamento urbano participativo.

Se o interesse da pesquisa partiu do atual processo de concessão e requalificação dos mercados municipais de BH (sobretudo como o projeto do espaço afeta o social), em seguida a sua dinâmica metropolitana, municipal e local, atravessada por conflitos e por atores cada vez mais múltiplos e dinâmicos, esferas que extrapolam a oficial, lançaram o foco da pesquisa para as várias disputas e organizações sociais que se tecem na FECOPE (sobretudo como o social afeta e é afetado pelos projetos do espaço).

Sendo a questão aqui proposta justamente as possibilidades de construções compartilhadas do espaço, o cotidiano se revelou um ponto de contato possível para se construir um material de análise que conjugue as diversas dimensões e escalas. Evitando a armadilha de um estudo que sobrevoa as relações socioespaciais e aterrissa para validá-lo, parte-se da particularidade da FECOPE para entender como ela se constrói, no espaço e na percepção das pessoas, como ela se insere no projeto dos mercados e como ela se integra a demais equipamentos e políticas. Isso significa que não se trata de um trabalho sobre os projetos privatizantes dos mercados, ainda que também o seja, mas das disputas da (e na) Feira Coberta do Padre Eustáquio, sendo a atual concessão parte dessas várias disputas.

Portanto, a escolha do cotidiano da FECOPE como ponto de partida é uma escolha de análise a partir das narrativas (orais e documentais) dos atores que fazem parte de sua dinâmica, entendendo que esses não só fazem parte sendo tocados por ela, mas também a constroem e a modificam. Para isso, foi feita uma aproximação com os diferentes grupos sociais envolvidos na construção do espaço<sup>3</sup>, como concessionária, gestores públicos, vereadores, conselheiros, universidade, moradores, usuários, permissionários, trabalhadores e demais interessados – em sua maioria parte do Coletivo Cultural Noroeste, criado em defesa da FECOPE e seu Centro Cultural Padre Eustáquio (CCPE) frente à concessão –, buscando compreender a relação dos atores com o espaço, sua organização, como os arranjos são articulados,

---

mas sem garantias de que suas opiniões serão incorporadas ao planejamento; cooptação, são apresentadas medidas que conquistam respaldo popular, mas sem que o Estado partilhe poder de fato; parceria, há um compartilhamento de poder e elevada transparência entre Estado e sociedade civil; delegação de poder, o Estado abdica e transfere uma gama de atribuições para instâncias participativas, de modo que dentro da esfera institucional é o nível mais alto que se pode almejar; e autogestão, situações de extrema autonomia, não há uma instância de poder separada da sociedade civil.

<sup>2</sup> Profundidade decisória da participação: em que momentos a rotina se mostra deliberativa e em que momentos ela é consultiva?; extensão da participação: em que instâncias e sob quais circunstâncias se participa?; grau de transparência e *accountability*: com que regularidade e de que forma circulam as informações?; caráter participativo da malha territorial: em que medida a malha territorial é estabelecida a partir de negociação com a população?; inclusividade: com que proporcionalidade diferentes grupos da sociedade se acham representados nas instâncias participativas formais?; grau de suporte ativo à participação de "grupos vulneráveis": qual o grau de suporte especial para esses grupos?

<sup>3</sup> Aproximação virtual, devido à pandemia do Covid-19, a partir de conversas por telefone, mensagem e videochamada.

perturbados e repensados, quais transformações socioespaciais decorrem dessas decisões, como se têm travado os conflitos e como se têm desenhado os afetos ao longo do tempo.

Assim, é desse emaranhado de narrativas, de seus pontos de tangência e divergência, amarrados e provocados por compreensões de outra ordem, como o discurso dominante, os aparatos legais, as construções teóricas, as políticas, o complexo conjunto de mensagens transmitidas que se introjetam no imaginário das pessoas, como colocaria Agamben (2005) a partir do dispositivo foucaultiano, que se busca fazer uma leitura do urbano. A base do trabalho está, então, na produção urbana, nos diversos níveis espaciais e temporais.

Dessa maneira, o presente artigo se divide em três partes: (i) Feira de quê?, apresentando as muitas feiras que sua história revela, as políticas centralizadoras, mas não sem mobilizações na disputa sobre a forma de seu espaço – entre feira e mercado; (ii) O lugar da cultura, inserido numa política aberta à população, com disputa interna sobre o seu uso – entre abastecimento e cultura; e, por fim, (iii) Disputas requalificadas, adicionando a essas pautas o debate sobre sua gestão: embora agora requalificada, a base é a mesma, trata-se de uma disputa sobre quem decide sobre o território. Se a primeira disputa se deu entre poder público e sociedade civil, se a segunda se deu entre diferentes parcelas da sociedade, na terceira não apenas os atores se entrelaçam, embaçando seus limites e posições, como também os discursos sobre as políticas urbanas e sobre a própria cidade.

## **2. FEIRA DE QUÊ?**

### **2.1. Feira-Território: espaço apropriado**

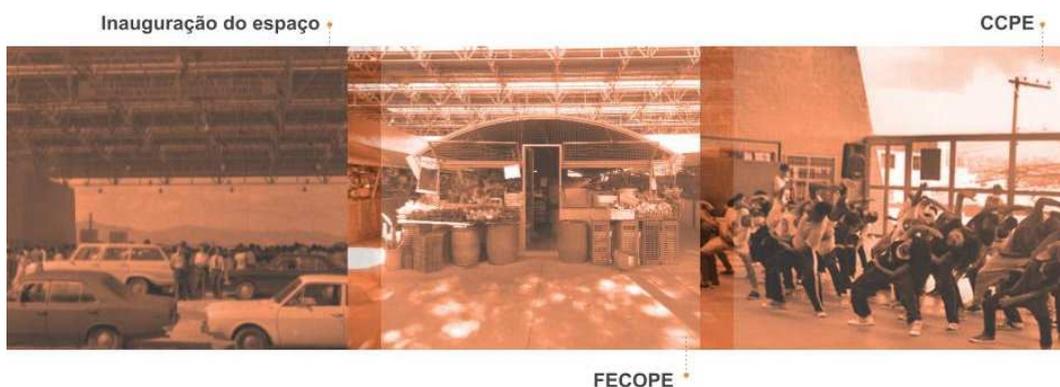
Para entender a Feira Coberta do Padre Eustáquio (Figura 01) é preciso entender como ela é percebida, sendo descrita por uma história que vai na contramão das rápidas transformações que marcam a história da cidade. Localiza-se nas falas dos vizinhos, usuários e trabalhadores da FECOPE, cada um a sua maneira, uma relação de pertencimento a uma construção coletiva e uma valorização da individualidade do lugar, que se modifica preservando sua essência – não sem desentendimentos e confrontos.

Muitos dos bairros que compõem a regional noroeste surgiram na época da construção de Belo Horizonte, guardando "traços da transição entre o passado e o futuro", como aponta Lazzarotti (2009, p.42). O aumento do trânsito de veículos é anunciado como testemunha das mudanças, mas a Rua Padre Eustáquio, que perpassa por vários bairros, preserva o caminho da antiga Estrada de Contagem, que mantém o traçado original.

Esses lugares foram se transformando, no espaço e na memória das pessoas, mas com um ritmo diferente de outras partes da cidade, marcadas por rupturas sucessivas afinadas com o princípio da modernidade. Como aponta Castriota (2017), a implantação da capital em si, construída sobre a destruição do antigo arraial, já indicava que sua arquitetura se renovaria tão logo fosse edificada. O caráter descontínuo de sua história e as rápidas mudanças em sua paisagem são reflexo de um modo desenvolvimentista de pensar cidades, que vê nos vestígios um impedimento de progresso.

Para Andrade (2013, p8), a formação de um bairro como o Padre Eustáquio não permite transformação completa como nos demais, pois seus moradores não moram simplesmente, eles *são* dali. Portanto, uma alteração abrupta "levaria um antigo morador à constatação de que o lugar em que cresceu não existe mais", o que não significa que não haja mudanças, mas elas chegam "sem aquela urgência de destruição".

**Figura 01 – FECOPE e CCPE**



Fonte: elaborada pela autora, 2021.

## 2.2. Feira-Mercado: de feira aberta a mercado municipal

A necessidade e a velocidade das destruições e construções em Belo Horizonte faz a história das feiras se misturar com a dos mercados municipais. "Querem fazer com a FECOPE o que fizeram com o Mercado Central", relata a antiga gestora do CCPE<sup>4</sup> em relação à atual concessão dos mercados municipais. Os anos se passam, mas a estratégia parece ser a mesma: "organizar" as feiras abertas em um só lugar, construir um estabelecimento fechado para "modernizá-lo" e passar para a gestão da iniciativa privada para "salvá-lo" do abandono, o que muitas vezes implica em alteração dos preços.

Assim como o Mercado Central partiu da reunião das feiras da Praça da Estação e da Praça 14 de Fevereiro<sup>5</sup>, a atual Feira Coberta tem sua origem na Feira do Padre Eustáquio, que começou nas próprias ruas do bairro. Em conversa com o Coletivo Cultural Noroeste<sup>6</sup>, algumas pessoas dividiram suas lembranças e experiências. Relataram outros tempos, de "brincadeiras nas ruas", e de outras distâncias, em que "era uma viagem do Padre Eustáquio até o Dom Cabral". A área fazia parte de uma fazenda, e foi apenas na década de 70 que os proprietários venderam o terreno e a feira se iniciou, ainda sem os boxes de hoje.

<sup>4</sup> Relato da antiga gestora do Centro Cultural Padre Eustáquio, hoje usuária do espaço e atuante no Coletivo Cultural Noroeste, cedido à autora em 25/05/2021.

<sup>5</sup> Relato da antiga gestora do Centro Cultural Padre Eustáquio, hoje usuária do espaço e atuante no Coletivo Cultural Noroeste, cedido à autora em 25/05/2021.

<sup>6</sup> Conversa por whatsapp com membros do Coletivo Cultural Noroeste, no dia 08/06/2021.

Para Souza, L. (2020), essa política de centralização do abastecimento em BH vem desde o século XX, com viés higienista verificado nos registros da época, que indicavam os inconvenientes das feiras, a sujeira, a desordem, para justificar a expulsão dos feirantes. A política se intensifica na segunda metade do século com o aumento populacional e a crescente industrialização. Pelo interesse do poder público em assegurar o acesso aos produtos à população e a responsabilidade sob seu controle, não só seu arranjo institucional se transforma, como também o próprio ordenamento urbano – reflexo disso é a construção do Mercado Popular da Lagoinha em 1949 e o Mercado Novo em 1963<sup>7</sup>.

O período mais marcante para a história dos mercados, contudo, se passa na ditadura, principalmente em meados dos anos 70. Ainda segundo Souza, L. (2020), com aumento da população urbana ainda mais considerável, o governo militar realiza uma grande transformação no planejamento urbano, inclusive em relação à distribuição de alimentos, resultando em um *boom* dos mercados. A autora atribui o incentivo à construção de novos mercados à Lei Nº 1.137/1964, que proibia a utilização dos logradouros públicos da área central para o comércio de produtos alimentícios de consumo popular e previa a transferência dos postos comerciais. A medida tentava acabar paulatinamente com as feiras da região e criava a demanda de estrutura para abrigar os antigos comerciantes, que evidentemente não era suficiente para todos.

Tal contexto se destaca também pela inauguração dos Mercados Distritais, em 1974. De acordo com Souza, L. (2020), o projeto visava regular o abastecimento de áreas consideradas estratégicas na zona urbana: foram planejados quatro mercados, nos bairros de Santa Tereza, Cruzeiro, Barroca e Padre Eustáquio. A autora discorre sobre o processo de construção desses mercados, que envolveu aquisição de terrenos e implantação de vias de acesso às custas da expulsão de comunidades que estavam ali.

Entretanto, o que seria o Mercado Distrital do Padre Eustáquio nunca foi construído. Não apenas a feira de rua se manteve, como um novo mercado não foi implementado – muitos dos atuais frequentadores da feira estão ali há gerações e mantêm um vínculo com o lugar, o que sugere uma mobilização popular nesse sentido, ainda a ser aprofundada. Foi apenas em 1976, segundo Andrade (2013), que a prefeitura desapropriou uma área que havia sido transformada em loteamento para a implementação da FECOPE (Figura 02), agora considerada feira permanente, com o objetivo de atender a região noroeste da cidade<sup>8</sup>. Tratando-se do período militar em que não há nem

---

<sup>7</sup> Ressalta-se que o Mercado Novo foi construído como apoio ao Mercado Central, mas ambos passaram para a iniciativa privada nessa época. O Novo, tão logo teve o projeto terminado, foi vendido em leilão para a Companhia Edificadora Sobrado, guardada a função de mercado. A Companhia, contudo, entrou em falência, deixando a obra inacabada (até hoje o quarto pavimento não foi completamente construído e é o único que pertence atualmente ao poder público). Sobre o Central, em 1964 a prefeitura alegou impossibilidade de administração e necessidade de venda. Para impedir seu fechamento, os comerciantes criaram uma cooperativa para a compra do imóvel público, com o acordo de construírem um galpão coberto no loteamento em cinco anos. No entanto, para não perderem o prazo, precisaram recorrer a investidores para acelerar a construção.

<sup>8</sup> A FECOPE está localizada na Rua Pará de Minas, 821, no bairro Padre Eustáquio.

mesmo "encenação participativa", a avaliação do grau de abertura a partir de Souza, M. (2006) se reduz à coerção, o mais próximo à heteronomia.

**Figura 02 – Localização da FECOPE**



Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

### 2.3. Feira-Identidade: entre origem e originalidade

Ao tratar da construção da Feira Coberta do Padre Eustáquio, Andrade descreve seu objetivo de "conciliar um espaço de lazer para a população do Padre Eustáquio com uma unidade de abastecimento que servisse aos moradores da região" (2013, p.57). Conta que a Feira Coberta oferecia lazer durante a semana, com quadra para futebol de salão, peteca e vôlei, e produtos hortifrutigranjeiros nos sábados e domingos, ao que membros do Coletivo Cultural Noroeste<sup>9</sup> complementaram que ocorriam apresentações de grupos locais, encontros de capoeira, motociclistas e carros antigos. Existiam bares e barracas na lateral e onde hoje estão os equipamentos de academia na praça ao lado ficava o palco para os eventos festivos.

A PBH Ativos S.A.<sup>10</sup>, responsável pelo atual processo de concessão dos mercados municipais, também apresenta a construção da Feira Coberta do Padre Eustáquio apontando seu "duplo objetivo de atender tanto os lojistas quanto de atender a população local com eventos culturais que poderiam ser realizados dentro do espaço do mercado<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> Conversa por whatsapp com membros do Coletivo Cultural Noroeste, no dia 08/06/2021.

<sup>10</sup> A PBH Ativos S.A. é uma estatal criada em 2011 na gestão de Marcio Lacerda, para oferecer suporte técnico especializado ao Poder Executivo Municipal na execução das políticas públicas, sendo responsável pela gestão de obras de infraestrutura, Parcerias Público-Privadas (PPP), captação de recursos financeiros, administração patrimonial e gestão de ativos e de imóveis. Disponível em: <<http://pbhativos.com.br/a-pbh-ativos/quem-somos/>>. Acesso: janeiro de 2021.

<sup>11</sup> Procedimento de Manifestação de Interesse, Anexo VI – Feira Coberta do Padre Eustáquio.

Essa mistura de mercado e cena cultural ocorre hoje em tempo integral depois da implementação do Centro Cultural Padre Eustáquio na Feira Coberta, que será melhor abordado nos próximos capítulos por todos os seus conflitos. O que é curioso é a diretriz da prefeitura para o atual projeto de "resgatar a identidade e o propósito original da edificação, que foi concebida para abrigar atividades comerciais típicas de feiras e mercados"<sup>12</sup>, prevendo a desativação das atividades do centro cultural, que será realocado em um novo endereço, em outro bairro, não mais fazendo parte da FECOPE. Como será apresentado, a transferência do CCPE foi um ponto-chave para a mobilização atual.

Ainda que o atual projeto seja tratado mais à frente, é preciso destacar que o termo "identidade" supracitado gera alguns questionamentos. Primeiramente, o entendimento de resgate pela prefeitura parece se opor àquele construído pela população, que associa comércio e cultura quando fala da antiga Feira Coberta. Outro ponto é entender identidade por sua origem, e não por sua originalidade, aquilo que lhe é próprio. Um terceiro aspecto ainda é sobre não considerar que a identidade pode se transformar e se (re)construir ao longo do tempo.

Em conversa com uma moradora da região e usuária da FECOPE<sup>13</sup>, a ideia de identidade aparece como "ligação com o lugar", ao comentar sobre a importância do diálogo com as pessoas que estão ali e que tecem uma relação de pertencimento. Hoje membro atuante no coletivo, passou a frequentar a FECOPE com mais intensidade em 2015. Como, então, resgatar algo que vem se formando a cada dia? Esse vínculo com o lugar se modifica com o passar do tempo, alguns atores começam a aparecer depois e se estabelecer, outros acabam saindo. Como sugere Nunes (2014), a mobilização social na contemporaneidade deve ser analisada, sobretudo, a partir de redes diversas, articuladas e dinâmicas, adquirindo e perdendo nós e laços o tempo todo – qualquer tentativa de descrever a rede será apenas um *frame* congelado de um processo contínuo.

## 2.4. Feira-de-comer: abastecer a cidade

O que os anos 70 representaram de forte para a centralização das políticas públicas, nos anos 80 os mercados parecem declinar. Além da queda do movimento de forma geral, em 1985 ocorre a doação do quarto andar do Mercado Novo<sup>14</sup> e poucos anos depois, em 1988, o Mercado Popular da Lagoinha é fechado, tendo sua reforma apenas na década seguinte, como aponta Souza, L. (2020). Em relação a esse período, houve diferentes relatos do coletivo sobre a FECOPE<sup>15</sup>. De maneira geral diziam que "a feira, que já estava decadente, foi só definhando", o que variava era o motivo para esse declínio. Para uns, parte desse problema decorreu da decisão da prefeitura de

---

<sup>12</sup> Edital de Licitação – Anexo V – Diretrizes de Projeto Arquitetônico.

<sup>13</sup> Relato de vizinha e usuária da FECOPE e atuante no Coletivo Cultural Noroeste, cedido à autora em 25/05/2021.

<sup>14</sup> O quarto andar do Mercado Novo refere-se ao terraço da cobertura ainda inacabada, doado para a prefeitura e hoje parte do projeto de concessão.

<sup>15</sup> Conversa por whatsapp com membros do Coletivo Cultural Noroeste no dia 08/06/2021.

colocar o Sacolão Abastecer ao lado da FECOPE, concorrente direto e com preços melhores. Para outros, a culpa foi dos equipamentos privados.

De fato, a partir do mapeamento dos equipamentos de abastecimento da RMBH, parece questionável o discurso da prefeitura do abandono dos mercados com a chegada dos sacolões como justificativa para o atual projeto de concessão, sendo que a rede Abastecer faz parte de uma política pública e está localizada ao lado de vários mercados municipais – além da FECOPE, é o caso do Mercado Popular da Lagoinha, do Mercado Distrital de Santa Tereza e da Central de Abastecimento Municipal. Ao mesmo tempo, para quem trabalhou na prefeitura na área de assistência social nos anos 90, o Abastecer foi uma política "para garantir uma alimentação mais saudável às famílias com extrema pobreza e valorização da agricultura familiar e pequenos produtores", já que na década de 80 a FECOPE tinha os preços mais altos da região. Tendo o sacolão Abastecer e a feira públicos economicamente diferenciados, a baixa do movimento é atribuída ao desenvolvimento do bairro e à chegada de supermercados e sacolões privados.

A política do Abastecer foi implementada na gestão de Patrus Ananias, como também a reforma do Mercado Popular da Lagoinha em 1994 e a inauguração da Central de Abastecimento Municipal (CAM) em 1996, como aponta Souza, L. (2020) – a CAM é o mercado municipal mais recente de BH, a Figura 03 ilustra a data e localização da implementação dos mercados. Além disso, a gestão de Patrus, para muitos do coletivo, simbolizou um conjunto de políticas públicas para e pela população, uma nova política local, mais participativa. Diferenciando-a da atual gestão de Alexandre Kalil, muitos do coletivo dizem que a gestão de Patrus foi descentralizadora em todos os sentidos. As políticas foram distribuídas pela cidade e foram distribuídas as decisões. Citam com frequência o Orçamento Participativo (OP), como referência mundial e responsável por praticamente todos os Centros Culturais de Belo Horizonte, inclusive o CCPE. Em diferentes setores, destacam que a condução das pautas "não era só técnica, mas política, havia uma real vontade de transformação social".

**Figura 03** – Implementação dos mercados municipais

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

### 3. O LUGAR DA CULTURA

A própria FECOPE é vista pelo seu caráter político. Durante as reuniões do coletivo, muito se fala dela como ponto de encontro cotidiano, de festa e de engajamento da comunidade. Ainda que sua gestão não seja formalmente coletiva, a sociedade civil parece constantemente se organizar naquele e para aquele espaço. O que não significa que seja sempre em prol de um objetivo comum, nem que seus desejos se concretizem.

A relação entre as dinâmicas comercial e cultural da FECOPE começou a se conturbar quando se iniciaram manifestações da comunidade em se criar um espaço próprio para atividades culturais na Feira Coberta. Lazzarotti (2009) apresenta as diversas tentativas que ocorreram de implementar essa ideia e as desavenças que se desenrolaram.

Na primeira vez, a prefeitura realizou um convênio em 1999 com a Companhia de Danças Folclóricas Aruanda e com a Comissão Mineira do Folclore para a construção desse espaço. Diziam que o projeto de um espaço cultural poderia inclusive atrair mais pessoas e melhorar as vendas, mas a nova função gerou diversos conflitos.

A vontade de implementar um espaço para a cultura continuou, de modo que em 2001 a Associação Comunitária do Bairro Dom Bosco enviou à Regional Noroeste um projeto solicitando a desativação da FECOPE para sua transformação em complexo cultural, esportivo, ambiental e comercial. A proposta previa a extinção completa da feira, de modo que os feirantes perderiam seu local de trabalho. Diante dos impasses nas reuniões, os feirantes se mobilizaram elaborando abaixo-assinado, buscando órgãos públicos, imprensa e o próprio poder judicial, através de processos e liminares.

Outra proposta de desativação da FECOPE ocorreu em 2006, para a construção do centro administrativo da Regional Noroeste. Novamente os comerciantes se mobilizaram, "entregando à Presidência da Assembleia Legislativa um abaixo assinado, onde protestavam contra a decisão que prejudicaria as trinta e oito famílias empregadas ali e mais de quinhentos empregos indiretos" (2009, p.46). Dessa vez a proposta vinha da prefeitura, e as pessoas que estavam solicitando um espaço cultural se posicionaram a favor dos comerciantes.

A única proposta que foi de fato implementada foi quando os moradores, através de suas lideranças comunitárias, resolveram indicar no Orçamento Participativo o projeto de um centro cultural na FECOPE. O projeto foi conquistado no OP de 2003/2004 e inaugurado em 2008<sup>16</sup>. Mais uma vez o caso da Feira Coberta aparece como desvio: com exceção do Centro Liberalino Alves de Oliveira, o qual se encontra hoje dentro do Mercado Popular da Lagoinha (mas vale ressaltar que não por OP e apenas em um segundo momento), nenhum outro mercado conseguiu implementar um centro cultural em suas dependências. Segundo dados da PBH (2016), houve tentativas no Mercado Distrital do Barroca em 2005<sup>17</sup>, mas o projeto foi arquivado, no Mercado Distrital de Santa Tereza em 2008<sup>18</sup>, mas o processo de votação foi anulado, e a partir de 2010 processos de reabertura de alguns pavimentos do Mercado Novo, sempre breves<sup>19</sup>.

Lazzarotti se refere ao Orçamento Participativo como um "mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos das prefeituras, através de processos de participação cidadã" (2009, p.47). É frequente na fala dos moradores da região o CCPE aparecer como um espaço conquistado pela comunidade, um espaço que representa a participação da sociedade na definição de políticas públicas.

Por outro lado, o projeto inicial aprovado no OP previa a ocupação integral do espaço da FECOPE para o centro cultural, o que mais uma vez implicaria na saída dos feirantes, que se mobilizaram para impedir a proposta. Após muitas discussões, chegaram ao acordo de desocupar apenas metade da área para a implementação do CCPE, sendo retirados parte dos boxes. Ressalta-se que esse acordo, apesar de incorporar a demanda dos feirantes,

---

<sup>16</sup> De acordo com o Relatório Diagnóstico dos Centros Culturais de 2015 e 2016, elaborado pela Fundação Municipal de Cultura, dos 17 centros da cidade, 14 foram por OP.

<sup>17</sup> Projeto de Lei Nº 487/2005.

<sup>18</sup> Orçamento Participativo.

<sup>19</sup> Coincidência ou não, o projeto mais duradouro para esse mercado, que está inclusive ainda em vigor, foi a reabertura do segundo piso para bares e restaurantes, e posteriormente do terceiro para estúdios, no mesmo ano de lançamento de chamada de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para a concessão dos mercados municipais. O PMI é formalizado por meio de um edital que tem como função orientar aos interessados na estruturação de projetos para eventuais parcerias com a Prefeitura, sem ônus para a Administração Pública. Assim sendo, pode ser utilizado antes de um processo licitatório, para obter estudos de viabilidade, levantamentos, investigações, projetos, opiniões fundamentadas, informações técnicas, pareceres e etc. Os produtos esperados são: Modelagem Econômico-Financeira, Modelagem Jurídica e Elementos de projeto básico. Disponível em: <<http://pbhativos.com.br/pmi-mercados-municipais/>>. Acesso: janeiro de 2021.

não garantiu a permanência de todos, gerando contínuos conflitos até hoje entre a feira e o centro cultural. Importante notar nesse momento que as disputas não se restringem a Estado x sociedade, mas ocorre sobretudo entre diferentes parcelas sociais. Ainda que as organizações fossem tradicionais, principalmente em torno de associações e movimentos, as disputas começam a se modificar.

A partir dos métodos de Souza, M. (2006) quanto aos graus de participação, o Orçamento Participativo pode ser avaliado como um instrumento democrático de delegação de poder do Estado para a sociedade civil, em que o governo transfere o poder de decisão de onde investir o recurso público para a população, ainda que dentro da esfera institucional. Como o autor aponta, é preciso debater o instrumento em si e investigar as particularidades do seu uso.

Como aponta Avritzer (2016, p.15) a Constituição de 1988 "foi o ponto de partida da participação social no Brasil" e o OP "foi a política que consolidou o pontapé inicial dado nessa direção", as assembleias, conselhos, fóruns e comissões possibilitaram a distribuição dos bens públicos de forma mais justa. Ao mesmo tempo, houve a priorização de algumas pautas, participação desigual, com maior influência em áreas de maior força de associações comunitárias, prevalecendo aquelas com mais condição financeira, conflitos entre as regionais e os bairros, diminuição de recursos ao longo dos anos. Pode-se apontar ainda que mesmo que o OP delegue o poder de decisão dos recursos para a população, há uma decisão prévia de quanto será direcionado ao OP.

Sobre isso, a antiga gestora do CCPE relata que nos primeiros anos as atividades eram efervescentes, "mas sem investimentos não há ações continuadas que possam manter a mesma consistência". Diz ainda que os governos de Patrus Ananias e Célio de Castro tinham a descentralização como eixo estruturante da política pública, a qual começou a se desfazer a partir do governo de Fernando Pimentel e ainda mais intensamente com Marcio Lacerda e Alexandre Kalil. "É a visão centralizadora e liberal dos governos que as cidades têm feito a opção".

## **4. DISPUTAS REQUALIFICADAS**

### **4.1. Cidade à venda**

Em conversa com conselheiro municipal<sup>20</sup>, foi pontuado que o projeto dos mercados municipais está sendo implementado na atual gestão de Alexandre Kalil, mas que já vem sendo construído desde outros governos, assim como "toda essa lógica de privatizações". Na abordagem jurídica, é o mesmo que a PBH Ativos S.A.<sup>21</sup> indica sobre as concessões e Parcerias Público Privadas (PPPs), numa lista de leis e decretos relacionados ao tema.

---

<sup>20</sup> Conversa por telefone com conselheiro do Conselho Municipal de Política Cultural, no dia 13/04/2021.

<sup>21</sup> PBH Ativos S.A. Leis e decretos. 2021. Disponível em: <<https://pbhativos.com.br/concessoes-e-ppps-2/leis-e-decretos/>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

Há, em um primeiro momento, marcos legais que indicam o momento em que se iniciaram e se intensificaram as políticas que transferem a gestão de equipamentos públicos para a iniciativa privada de maneira mais ampla, seguidos de propostas voltadas especificamente para os mercados municipais. Seguindo a lógica federal de terceirização de políticas públicas, no âmbito municipal foi publicada em 2005 a primeira legislação sobre PPPs, durante a gestão de Fernando Pimentel<sup>22</sup>. Esses marcos se intensificam na gestão de Marcio Lacerda, iniciando em 2009 e chegando a 2015<sup>23</sup>, período que se destaca na construção desse tipo de política, e mais recentemente, em 2017 já na gestão de Alexandre Kalil<sup>24</sup>.

Sobre esse aspecto, Morado et al (2018) discorrem sobre a presença cada vez maior do setor privado no planejamento, na formulação e na execução de políticas urbanas, resguardado por marcos regulatórios que aumentam suas garantias e seu controle sobre as definições da cidade. Não apenas os ativos públicos são privatizados, como as competências de gestão e as próprias escolhas, em detrimento de processos públicos e democráticos. Os autores apontam que a maior confiança na participação do setor privado nos projetos urbanos decorre da difusão da lógica neoliberal na insatisfação das pessoas com relação à gestão estatal, considerada corrupta e ineficaz. Do outro lado, à iniciativa privada é atribuído o pacote da transparência e da eficácia, o que abre caminho para que parcerias público-privadas sejam associadas a uma gestão de serviços melhor e mais avançada.

Esse fomento às políticas de privatização se reflete nos mercados municipais no mesmo passo: se inicia no governo de Fernando Pimentel (2001-2008), se desenvolve em maior medida no de Marcio Lacerda (2009-2016) e, ao que tudo indica, com maior êxito com Alexandre Kalil (2017-hoje). Segundo informações da PBH (2016), houve diversas tentativas de concessões e requalificações dos mercados nos últimos anos, mas quase nenhum projeto foi de fato realizado por conta, sobretudo, das mobilizações populares.

Considerando os graus de participação propostos por Souza, M. (2006), as intervenções na FECOPE e nos demais mercados municipais da cidade nos governos Pimentel e Lacerda, ou suas tentativas, podem ser avaliadas como o nível mais extremo de heteronomia, a coerção, em que "nem sequer as aparências são salvas" (2006, p.415). Para garantir objetivos de planejamento e gestão urbanos e/ou interesses econômicos para a iniciativa privada, o poder

---

<sup>22</sup> Lei Municipal Nº 9.038 sobre o Programa de PPPs do município de Belo Horizonte.

<sup>23</sup> O Decreto Municipal Nº 13.821 de 2009 regulamenta leis federais de concessão e, dentre outras atribuições, dispõe sobre projetos de PPPs e outras formas de exploração de serviços e bens públicos por particulares. Em 2010, o Decreto Municipal Nº 14.052 institui o Processo de Manifestação de Interesse. No mesmo ano, a Lei Municipal Nº 10.003 autoriza a criação de uma sociedade anônima vinculada à PBH para gerenciar os ativos municipais, auxiliar o município em projetos de concessão e de parceria público-privada – em outras palavras, autoriza a criação da PBH Ativos S.A., implementada no ano seguinte, com atribuições definidas pelo Decreto Municipal Nº 15.534 de 2014. Em 2011, o Decreto Municipal Nº 14.657 institui a Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada e é seguido de legislação que abre caminho para as PPPs acessarem serviços de saúde, educação e iluminação, pelas Leis Municipais Nº 10.330 de 2011, Nº 10.377 de 2012 e Nº 10.897 de 2015, respectivamente.

<sup>24</sup> Decreto Municipal Nº 16.694 de 2017, que dispõe sobre o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas.

público anuncia medidas que visam acabar com os mercados, buscando transformar seu uso ou mesmo sua gestão, como será apresentado a seguir.

Pimentel propôs em 2001 a desativação da FECOPE para abrigar a Regional Noroeste, como mencionado no capítulo anterior, e em 2006 propôs a concessão dos Mercados Distritais do Cruzeiro e de Santa Tereza – no caso do Cruzeiro, a proposta previa o encaminhamento da gestão para um concessionário privado, e no de Santa Tereza, a instalação da nova sede da Guarda Municipal. Nenhuma das ideias foi implementada pela reação da população e no ano seguinte o Mercado Distrital de Santa Tereza foi fechado (como permanece até hoje).

Lacerda, assim que assumiu o cargo, tentou comercializar quase todos os mercados municipais da cidade, tendo visitado inclusive a FECOPE para tratar de "mudanças no espaço"<sup>25</sup>. O único que não resistiu a essa leva de privatizações foi o Mercado Distrital do Barroca, fechado desde 2001 e leilado em 2011<sup>26</sup>. Outras situações na mesma gestão revelam mais articulações sociais em torno dos mercados, como o caso do Cruzeiro e de Santa Tereza, ambos com complexidade suficiente para pesquisas específicas para cada caso (serão abordados brevemente neste artigo, sem deixar, contudo, de tratar do momento que suas histórias colidem com o atual processo de concessão, sobretudo quanto à atuação popular em torno delas).

Em 2010, o então prefeito divulgou a construção de "centro de entretenimento, lazer, turismo, comércio, gêneros alimentícios, gastronomia e atividades afins" no local do Mercado Distrital do Cruzeiro<sup>27</sup>. A repercussão foi tanta, que em 2011 houve a suspensão do projeto e as associações de bairro e dos comerciantes, junto ao Instituto de Arquitetos do Brasil, lançaram um concurso para proposta alternativa, a Premiação Viva o Mercado!. Apesar de terem sido elaborados três projetos, votados por centenas de pessoas, nenhum deles saiu do papel e nenhuma premissa comunitária colocada no concurso foi incorporada ao atual processo de concessão. Num primeiro momento como premiação, a mobilização que se seguiu aparece depois como Movimento Viva o Mercado – a articulação toma forma de movimento, e mais, com uma diversidade em sua composição, não se restringindo a movimentos e associações.

Além disso, em 2013 Lacerda tentou ainda destinar o Mercado Distrital de Santa Tereza à FIEMG, para a criação de uma escola automotiva profissionalizante, seguida em 2015 de tentativa de concessão à Casa da África no Brasil e em 2016 à transformação em teatro no espaço do mercado em parceria da prefeitura com grandes empresas. De modo similar ao caso do Cruzeiro, em Santa Tereza foi criado o Mercado Vivo+Verde (denominado ora por movimento, ora por rede, ora por coletivo), unindo movimentos, associações, institutos, universidade e demais interessados em defesa do mercado e para a elaboração compartilhada de uma proposta alternativa. A

---

<sup>25</sup> Relato de antiga gestora do Centro Cultural Padre Eustáquio, hoje usuária do espaço e atuante no Coletivo Cultural Noroeste, cedido à autora em 25/05/2021.

<sup>26</sup> O Mercado Distrital do Barroca foi adquirido pelo Hospital Mater Dei em 2011 por leilão da prefeitura.

<sup>27</sup> Procedimento de Manifestação de Interesse PMI N° 05/2010.

composição do Mercado Vivo+Verde é ainda mais diversa que a do Cruzeiro, reforçando um novo tipo de organização. Sobre isso, Nunes (2014) propõe uma leitura das organizações sociais contemporâneas não *do movimento*, o qual presume unidade, apaga as diferenças; mas pelo *movimentar* das relações sociais, incorporando suas diversidade e dinamicidade.

Segundo uma atuante do Mercado Vivo+Verde<sup>28</sup>, o grupo percebeu que "não bastaria lutar contra", era preciso "lutar por um projeto" construído por eles, uma contraproposta para o mercado. Essa estratégia, observada também no caso do Cruzeiro com o projeto Viva o Mercado, perpassa ainda o Coletivo Cultural Noroeste, que tem buscado construir suas próprias diretrizes para a FECOPE, como será apresentado. Apesar das ações e articulações do Mercado Vivo+Verde, o então prefeito Marcio Lacerda "nunca ouvia ninguém".

Em 2017, contudo, "o Kalil ouviu". Kalil, que se auto-denominou o rei das PPPs, aprovou a ideia de reativação do Mercado Distrital de Santa Tereza, mas com o aviso de que não "colocaria nem um real", além da condição de apresentarem plano de viabilidade econômica, projeto arquitetônico e orçamento. Kalil transfere a decisão, mas também o trabalho e a logística para a sociedade. Ainda assim, o Mercado Vivo+Verde elaborou tais materiais junto à comunidade e a profissionais parceiros visando uma elaboração coletiva e administração compartilhada entre gestores públicos, permissionários e comunidade.

Entretanto, alguns meses depois a prefeitura, atravessando as negociações até aquele momento, publicou o Decreto Municipal Nº 16.726, responsável por instituir um Grupo de Trabalho<sup>29</sup> com o objetivo de identificar oportunidades para o desenvolvimento econômico, social e sustentável e para propiciar a recuperação dos mercados municipais como ponto de convivência para a comunidade.

Assim, diferentemente das gestões de seus antecessores, Kalil segue os interesses privados com uma abordagem "participacionista". Não somente o participacionismo apontado por muitos pesquisadores e que será apresentado ao longo do texto – em que são propostos inúmeros instrumentos participativos que acabam por contradizer a autonomia, como coloca Kapp e Baltazar (2012) –, nesse primeiro caso a participação se constitui (ainda mais) como "simulação".

Simula-se uma delegação de poder, para usar os termos apresentados por Souza, M. (2006), por teoricamente transferir o poder de decisão sobre o mercado para a população, mas se assemelha mais à simples consulta ou até mesmo à manipulação. Compreendendo o processo como delegação de poder (dis)simulada, optou-se por tratá-lo como consulta, em que há alguma abertura para a fala da população, suas opiniões e propostas, mas sem a segurança de

---

<sup>28</sup> Reunião do grupo Articulação dos Mercados, que contou com a presença grupos ligados à FECOPE e ao Mercado Distrital de Santa Tereza, além de conselheiros do COMUSAN, no dia 06/07/2021.

<sup>29</sup> Grupo de Trabalho formado pelas secretarias de Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Assuntos Institucionais e Comunicação Social, Planejamento, de Governo, Assistência Social, de Políticas Urbanas e Cultura. Disponível em: <<http://pbhativos.com.br/pmi-mercados-municipais/>>. Acesso: janeiro de 2021.

uma verdadeira escuta – que como será apontado, parece ser o *modus operandi* da atual gestão.

O decreto, além de algumas divulgações sobre o tema na mídia, não só desconsideraram o debate que vinha sendo construído sobre os mercados, como inclusive reforçaram a imagem da necessidade de um grande projeto privatizante para "salvar" esses espaços "abandonados", "ociosos", por meio de sua "requalificação". Ao mesmo tempo, outras entrevistas com feirantes apontam que, apesar de a reforma dos mercados ser aguardada há anos, a privatização causa receio de aumento dos preços e conseqüente saída daqueles que não puderem arcar com os novos custos.

A resposta a esses anseios, tanto pela prefeitura, quanto pela concessionária que fará a gestão dos mercados, é de que a "forma" como a concessão será conduzida que dá o tom do processo, que existem "garantias e diretrizes". O responsável pela nova gestão disse em mais de uma oportunidade que o projeto precisa ser feito com todas as pessoas, que quem está no dia-a-dia que sabe como as coisas devem ser feitas, além de reforçar que se trata de construção e gestão de todos.

Observa-se que há uma tentativa de vender uma ideia de que não apenas todos os setores, mas todas as pessoas participariam do projeto. Não há mais uma disputa de discurso em que um lado vem para desbancar o outro (a prefeitura deve decidir x o empresário deve decidir x a população deve decidir), nem somente a convergência de um modelo (participação social), mais que isso, o que parece se traçar é uma apropriação de reivindicações ainda mais radicais (construção e gestão coletivas), embora o significado seja drasticamente distinto. Assim, o processo de concessão e requalificação dos mercados municipais de Belo Horizonte, iniciado nos anos 2000, intensificado em sua segunda década, ganha corpo (e roupa nova) na entrada da terceira.

## **4.2. Participacionismo**

O Decreto Municipal Nº 16.726 mencionado não só interrompe as negociações que estavam se desenhando, como dá início a uma série de eventos em torno da construção legal da concessão dos mercados. No ano seguinte foi publicado o Procedimento de Manifestação de Interesse PMI Nº 001/2018, anunciando projeto de concessão comum para reforma, qualificação, manutenção e gestão dos mercados municipais, para diversos atores apresentarem suas propostas para os mercados.

Ainda que o PMI expresse a possibilidade de participação de todos, sua estrutura jurídica leva a excluir grupos menores da etapa seguinte que é o processo licitatório. O fato de a concessão prever licitação na modalidade concorrência não permite espaço para as organizações sem fins lucrativos – é uma forma de limitar o acesso ao edital, ao mesmo tempo que em teoria ele seja acessível. Assim, o PMI se equilibra entre apresentar um projeto fechado, por já estar pré-definida a concessão e requalificação, e apresentar uma abertura para o projeto em si, pela possibilidade de a população poder manifestar seu interesse, mas com pouca ou nenhuma chance de concorrer na etapa subsequente. A gestão de Kalil, dessa forma, mais uma vez propõe o

formato consulta, continuando com diálogo parcial e mantendo o poder de decisão e avaliação com o Estado, como apontaria Souza, M. (2006).

Contudo, durante o processo do PMI, algumas importantes diretrizes elaboradas por organizações de Santa Tereza e do Cruzeiro junto à comunidade foram incorporadas ao edital de concessão, como a manutenção dos mercados como mercados, a pauta da agricultura, da economia solidária, da proteção aos permissionários, dentre outras. Para aqueles que estão na briga pelo Mercado Distrital de Santa Tereza desde 2013<sup>30</sup>, "perdemos a batalha, mas com pequenas conquistas", e agora com a pressão da população com a possibilidade de enfim retomar o mercado, a estratégia é de "exercer um controle social".

Passado um ano do PMI, já em 2019, foi publicado o Projeto de Lei proposto para formalizar a concessão, o PL Nº 747/2019. Até a publicação da Lei Nº 11.219/2020 em 2020 se passou outro ano, com disputas na CMBH e 30 propostas de emendas, das quais apenas três foram aprovadas<sup>31</sup>.

Vale enfatizar a Emenda Aditiva Nº 09, a qual previa a realização de pelo menos uma audiência pública, amplamente divulgada, na região de cada mercado com objetivo de discutir sua forma de uso e ocupação. As audiências públicas têm se mostrado ineficazes para se pensar um planejamento compartilhado, por se tratar de um convite feito pelo poder público à população para discutir propostas previamente debatidas pelo corpo técnico, além dos frequentes impeditivos de deslocamento e disponibilidade por parte da sociedade civil. Sobre isso, Lopes et al. (2010) apontam que quando a participação é praticada entre instâncias desiguais, ela é mais útil aos grupos promoventes do que aos grupos convidados.

Ao mesmo tempo, a CMBH rejeitou a proposta da audiência e não propôs nada como alternativa, o que também parece problemático. A decisão não surgiu como resultado de debate sobre os processos participativos, apenas evidenciou as prioridades da maioria dos vereadores. A recusa da audiência, nesse caso, apenas diminuiu os já escassos canais de abertura para a sociedade civil.

Não havendo audiências nas regiões dos mercados, foi convocada uma audiência na câmara para tratar da concessão<sup>32</sup>. As audiências de maneira geral cumprem um papel de tornar público e ampliar um determinado debate, com papel informativo e consultivo, podendo ser mais ou menos aberta dependendo do vereador. No caso dessa audiência, mesmo com a disposição dos presentes, o instrumento se manteve como consulta, se avaliarmos a partir de Souza, M. (2006).

---

<sup>30</sup> Reunião do grupo Articulação dos Mercados, que contou com a presença grupos ligados à FECOPE e ao Mercado Distrital de Santa Tereza, além de conselheiros do COMUSAN, no dia 06/07/2021.

<sup>31</sup> Incluindo a Emenda Nº 18, responsável pela retirada do Mercado Popular da Lagoinha do edital.

<sup>32</sup> Audiência Pública em 29/07/2019, organizada pelo vereador Pedro Patrus, na 14a Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Aprofundando a análise, vale recorrer aos indicadores de consistência participativa, também propostos pelo autor. Apresenta profundidade decisória apenas consultiva, como evento pontual, com grande extensão à participação, se pensarmos que qualquer cidadão pode participar de uma audiência, mas ao mesmo tempo com convites a determinados representantes, "microfone aberto" ao final com tempo limite e sem suporte especial para "grupos vulneráveis". Ainda que conte com diferentes parcelas da sociedade, entre movimentos, associações, empresários, permissionários, usuários e vizinhos dos mercados, a audiência não possibilita que a malha territorial seja estabelecida por meio de negociação com a população, as falas ficam como depoimentos e opiniões. Ou seja, ainda que esteja aberta à fala, como sua própria conformação e concepção sugere, teria o espetáculo de um lado e o espectador de outro.

No entanto, Rancière (2007), ao tratar dessa relação no teatro, complexifica a discussão, dizendo que o problema não está na existência do espetáculo em si, como se a função de assistir fosse necessariamente passiva. Para o autor, rejeitá-lo partiria dos mesmos pressupostos que o sustentam, isto é, manter sua dualidade espetáculo x espectador. Rancière propõe, então, que o teatro, e podemos entender aqui a audiência, seja um lugar de confronto direto da população com sua imagem, com sua representação. Mais que isso, há um apelo de reverter o efeito da configuração do teatro, dando a deixa para o espectador se atentar a essa posição e agir a partir disso: não estar apenas diante do espetáculo, mas se perceber cercado pela cena. Assim, não se trata de tornar a passividade do espectador em atividade, torná-lo ator, mas reconhecê-lo ator em sua própria história.

Para que as comparações não fujam ao propósito, em outras palavras, as audiências de maneira geral se enquadram como um instrumento de participação que se limita à consulta, aceitando mínimas variações para cada caso quanto a seus indicadores de consistência. No entanto, as contribuições de Rancière são importantes para a compreensão das audiências públicas que se seguiram, apresentadas no decorrer do texto. Ainda que o instrumento presente (muitas) limitações, teve como efeito mobilizações importantes, as pessoas se mobilizaram intensamente *a partir* desse encontro – parece importar mais o agenciamento político que a instância de participação em si.

Ainda sobre as plataformas de discussão do projeto, além da audiência, foram abertas duas consultas públicas<sup>33</sup>. Antes de tratar delas especificamente, vale apontar as muitas limitações do próprio instrumento. Primeiro, por apresentar a proposta fechada, sem grandes possibilidades de alteração e engajamento; segundo, porque o prazo para envio de comentários não é o suficiente; e, terceiro, pelo fato de o processo ser pouquíssimo divulgado, restringindo-se basicamente às plataformas oficiais da PBH<sup>34</sup>. Mesmo

---

<sup>33</sup> A primeira, publicada em setembro de 2019, para tratar sobre a concessão do Mercado Distrital de Santa Tereza e da FECOPE, e a segunda, publicada em fevereiro de 2020, sobre o Mercado Distrital do Cruzeiro e a CAM/ Feira do Bairro São Paulo. Até o momento não houve consulta sobre o Mercado Novo.

<sup>34</sup> Ao pesquisar matérias abordando as chamadas de consulta pública, apenas dois veículos de notícias divulgaram a primeira consulta e nenhum a segunda. Além disso, na primeira houve contribuição de apenas quatro fontes e na segunda 14, números pouco expressivos frente ao tamanho da operação. Importante pontuar que não apenas o baixo número de adesão revela a

confrontado por essas questões, o corpo técnico responsável pelo retorno à população insistia, com respaldo da legislação, sobre o procedimento ter sido sim participativo.

O nome consulta já anuncia seu grau de participação para Souza, M. (2006). Seus indicadores de participação, no entanto, variam um pouco em relação à audiência pública. Apresenta caráter apenas consultivo, mas alguns pontos foram de fato incorporados no processo de licitação. Sua extensão participativa, em tese, seria mais ampla que a audiência, uma vez que qualquer pessoa pode participar e colocar seu ponto de vista, não havendo uma seleção de convidados ou limite de fala, mas no caso abordado, como foi pouco divulgado, houve baixa adesão. Teve variedade, pensando na inclusividade, com pontos colocados por empresa, associação, conselho, vizinhos e usuários dos mercados, mas ainda pouca quantidade e nenhum suporte especial para "grupos vulneráveis" participarem.

Apesar das limitações, foi por meio da consulta que o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN), que acompanhava o processo desde o início, questionou a falta de comunicação da prefeitura com o Conselho Municipal de Política Cultural (COMUC), o qual não foi comunicado sobre a transferência do CCPE. Junto à crítica, a sugestão de inclusão de representante do conselho no Comitê de Relações Comunitárias previsto na minuta de contrato<sup>35</sup>, a qual foi acatada.

Ainda que reduzido a um grupo representante, a criação do comitê, apontada como uma conquista, parece um deslocamento mais afinado com o planejamento compartilhado. Primeiro, por estarem previstas reuniões ordinárias bimestrais, permitindo uma continuidade das discussões, e segundo por sua conformação possibilitar uma participação equilibrada, ainda que com a reduzida função de apresentar sugestões e demandas, provavelmente voltando ao caráter consultivo dos demais instrumentos, a ser definido.

Como colocam Kapp e Baltazar (2012), o problema posto na década de 1960 por Sherry Arnstein dos riscos de o planejamento participativo cair na heteronomia, apresentado aqui a partir das categorias de Souza, M. (2006), continua atual justamente pelo Estado manter a lógica de um grupo de poder que define limites e normas para depois convidar a população para fazer parte. A questão é até mesmo etimológica, como apontam, não se trata necessariamente de um mau uso da participação em determinadas situações, a própria ideia de participação indica uma posição limitada.

Assim, para as autoras, o que vem sendo construído atualmente, o planejamento participativo, se localiza entre o planejamento autoritário e o

---

insuficiência do instrumento, como muitas das próprias críticas enviadas às duas consultas públicas se referiam ao prazo e à divulgação.

<sup>35</sup> Em publicação na época da consulta pública, foi anunciada a constituição de um Comitê Social para cada mercado, com composição equânime entre poder concedente, concessionária, conselho, permissionários e associação de bairro, com a responsabilidade de elaborar diretrizes exclusivamente sociais para os mercados. Em publicação posterior, na época da licitação, ao agora denominado Comitê de Relações Comunitárias foi adicionado representante do COMUC e as responsabilidades se voltaram à discussão de sugestões e demandas de interesse da comunidade quanto à utilização dos mercados, conforme as diretrizes estabelecidas, além da organização de dois eventos gratuitos nos mercados.

planejamento autônomo, o que significa que há um avanço em relação à ausência total de debate, mas que há um longo percurso até o que teoricamente se propõe – não há e não haverá uma transição suave até o que poderemos chamar de autonomia, como apontam, o planejamento urbano moderno não tem afinidade com a autonomia coletiva.

Um exemplo disso é o fato de grande parte das pessoas envolvidas no cotidiano dos mercados ficarem de fora da discussão, ou serem incluídas apenas depois do processo finalizado: muitas pessoas ligadas à FECOPE tomaram conhecimento do projeto de lei às vésperas do segundo turno. Ainda que tardiamente, entre as duas votações, esse momento ocorreu na audiência no próprio CCPE. Foi a faísca para que diversos atores se mobilizassem e se articulassem para defender seus interesses para a cidade – o palpite é que isso foi possível, dentre outros fatores, pelo fato de o próprio vereador<sup>36</sup> ser também morador da regional noroeste, participando intensamente do debate junto à população.

A partir da audiência foi criado um grupo de whatsapp para a articulação de pessoas que frequentam ou trabalham na FECOPE, vereadores, gestores e demais interessados que se colocaram contra o processo. A partir dessa articulação, o grupo enviou à CMBH um abaixo-assinado criticando a concessão da FECOPE e protestando contra a transferência do CCPE para outro endereço<sup>37</sup>. A diversidade de pessoas que compõem essa rede, que como será apresentado se diversifica e se expande ainda mais, se atrelando a novas redes, diz respeito a esse novo tipo de organização.

Segundo Nunes (2014), está associada aos protestos globais iniciados em 2010, que tensionaram a participação institucionalizada (e com ela a formalidade, a hierarquia, a burocracia, a divisão em três setores – Estado, mercado e sociedade), o que não significa que substitui as formas tradicionais; dentre suas grandes contribuições está a percepção de uma hibridização e coexistência das relações, que misturam verticalidade e horizontalidade, caracterizando-se não pela falta de organização, mas por um modo de organização que se descreve do seu próprio jeito.

O papel do vereador aqui não se restringe, assim, à coordenação de uma audiência simplesmente, o papel do gestor público também não se restringe à gestão. O que parece se construir é uma rede que conecta pessoas em diferentes posições em torno de um assunto – o que não significa que os interesses, nem a intensidade da atuação se deem em igual medida. Como colocou uma conselheira<sup>38</sup> ao ouvir de alguns gestores que eles também

---

<sup>36</sup> O vereador Arnaldo Godoy foi o responsável pela audiência de novembro de 2019, no CCPE, e como será apresentado, também pela de agosto de 2020, no formato online.

<sup>37</sup> Além do texto e das 526 assinaturas, o material foi organizado com fotos e descrição das muitas atividades que ocorrem no local, como exposições artísticas, cinema comentado, shows, feira de poesia, dança, projetos, oficinas, aulas variadas, reuniões comunitárias e institucionais, apontando que se tratam de em média 3.000 frequentadores mensais. Mesmo que o abaixo-assinado não tenha impedido a transferência, observa-se uma movimentação por parte dessas pessoas para expor outra narrativa sobre a FECOPE, que não a de seu abandono.

<sup>38</sup> Relato de conselheira na 94a Reunião Ordinária do COMUC, 14/04/2021.

estavam na luta, "tem diferença entre poder público e sociedade civil sim (...) é um tabuleiro, cada um defendendo o seu".

Ademais, a consulta pública em um primeiro momento e a audiência em um segundo, ainda que representem instrumentos limitados de um planejamento que se propõe participativo, tiveram, a partir de seus limites, reverberação em mobilizações posteriores. Da consulta, o debate repercutiu para dentro dos conselhos, da audiência, se ampliou para as pessoas ligadas à FECOPE, e desses encontros outras ressonâncias que serão abordadas no próximo subcapítulo.

### **4.3. Luta diária/ luta de área**

Tão logo a Lei Nº 11.219 foi publicada, a prefeitura divulgou a abertura de licitação referente à FECOPE e ao Mercado Distrital de Santa Tereza. A outra licitação, do Mercado Distrital do Cruzeiro e da Central de Abastecimento Municipal/ Feira do Bairro São Paulo, foi aberta apenas em janeiro de 2021, quase um ano depois<sup>39</sup>. Na primeira, o consórcio UaiMaisDoimoConataInfracon foi o único licitante e por cumprir com as exigências foi considerado vencedor, na segunda, o mesmo se passou com o consórcio Novo Cruzeiro. Apesar dos diferentes nomes e parcerias, ambos consórcios têm o Grupo Uai<sup>40</sup> como integrante.

Para a concessão dos mercados municipais, a todas as pautas já difundidas pela empresa, de "empreendedorismo social" e da "valorização da cultura", é acrescentada a ideia de "fazer junto". Antes mesmo da abertura da licitação, o grupo, que já participava do PMI dizia que o documento foi construído "a muitas mãos", para "valorizar o mercado como mercado", com conversas com os interessados dos mercados do Cruzeiro e de Santa Tereza, os quais, de maneira geral, estavam otimistas com a parceria.

Entretanto, a falta de informação e o grande espaço de tempo entre a licitação e seu resultado arrefeceram as movimentações em torno dos mercados – além da pandemia do Covid-19, que mudou a dinâmica brasileira a partir de março de 2020, gerando diversos desafios, dentre eles o debate sobre como manter as conexões criadas entre as pessoas. No caso do Cruzeiro, se somou a tudo isso a diferença de quase um ano entre a primeira licitação e a segunda, e no caso de Santa Tereza, as contínuas prorrogações após a primeira convocação de assinatura do contrato, até hoje não assinado.

Se as mobilizações dos mercados distritais se mantiveram constantes até esse momento, as mobilizações da FECOPE se dividiram em dois momentos: da mesma forma que o primeiro pico de articulação decorreu de uma audiência, o mesmo se passou com o segundo. A audiência pública em

---

<sup>39</sup> O primeiro se refere ao processo de concorrência Nº 001/2020 e o segundo ao processo de concorrência Nº 006/2020.

<sup>40</sup> A empresa é a criadora do megaprojeto Cidade das Compras, na Bahia e da rede UAI Shopping, com unidades em vários estados do país (a rede UAI faz parte do ramo de shoppings populares que surgiram com a proibição de os camelôs venderem seus produtos nas ruas). Além disso, Elias é presidente da Fundação Doimo e co-fundador da Holding Favela em sociedade com a Central Única de Favelas (CUFA), com a bandeira do empreendedorismo social. Mais recentemente, está construindo um novo negócio, o Mercado de Origem.

2020, agora no formato online por causa do distanciamento social, contou com um número mais expressivo da população e a movimentação se capilarizou. Enquanto os primeiros meses da pandemia desestabilizaram o grupo, com a interrupção de reuniões e atividades, a partir do segundo semestre de 2020 as pessoas aprenderam a se articular remotamente – inclusive o fato de não haver necessidade de deslocamento para participar dos encontros aumentou consideravelmente o número de pessoas envolvidas, tanto nas mobilizações políticas, como na programação virtual do CCPE.

Poucos dias depois da audiência, a retomada das discussões e ações foi efetivada com a criação de um novo grupo de whatsapp para articulação entre os interessados da FECOPE. No dia seguinte, mais um grupo foi criado, dessa vez pela concessionária para diálogo com a sociedade civil, o que permitiu a negociação de uma sala para espaço cultural na FECOPE, para a manutenção de algumas atividades no local dada a transferência do CCPE. Para administrar a agenda desse espaço, decidiram pela criação de uma comissão composta pela concessionária, pelo gestor do CCPE e por um grupo da sociedade, com a exigência do Grupo UAI deste último "ter legitimidade".

Destaca-se aqui uma questão relevante para discutir os processos decisórios e as articulações contemporâneas. Ao mesmo tempo que é colocado pela concessionária o "fazer a muitas mãos", também é colocada a exigência de representação formal por parte da sociedade. O grupo, que se mobilizava até então de maneira dinâmica e diversa, é constrangido a se formalizar para participar das decisões sobre o espaço que ocupa.

Diante dessa situação, avessos aos formatos tradicionais de associação (vistos como esvaziados e que "sempre acabam com uma briga de poder de ego"), formou-se o Coletivo Cultural Noroeste, formato comum a outros grupos dos quais seus membros fazem parte. Não apenas o formato, mas algumas estratégias e materiais produzidos são compartilhados, como as longas faixas para serem vistas de longe, os materiais gráficos para serem compartilhados no whatsapp, a criação de página nas redes sociais, pensando em sua divulgação na internet.

Para sua "legitimação", o coletivo buscou reconhecimento de sua representação pelo COMUC, onde formaram alianças com esses conselheiros e aqueles do COMUSAN. A partir desse momento, a rede que conectava usuários e trabalhadores da FECOPE e vereadores se amplia conectando também conselheiros. Em reuniões desses conselhos, o coletivo pôde se reunir com gestores públicos responsáveis pela concessão.

Na ocasião, os gestores explicaram os motivos do projeto e das escolhas. Do ponto de vista dos equipamentos, há justificativas para cada ponto levantado, mas como os usuários do CCPE apontam, "o novo centro não vai ter as mesmas pessoas. A prefeitura pensa 'mil pessoas daqui igual a mil pessoas de lá', mas não contam quem são as pessoas!". Se a intenção da prefeitura é entregar um equipamento "em melhores condições de uso pela comunidade", como essas decisões podem ter sido tomadas sem a comunidade? Além da mudança de endereço, há a mudança do entorno, das possibilidades, das rotinas. Ao descrever o atual centro cultural, os integrantes do coletivo contam que pela localização muitas pessoas usam o espaço "como

travessia", de modo que "o CCPE faz o papel de praça", o que não será possível no novo endereço.

Ao mesmo tempo que os atuantes de Santa Tereza entendem que alguns gestores fizeram pressões na prefeitura para o Mercado Vivo+Verde ser ouvido e para incorporar suas diretrizes no edital, aqueles vinculados à FECOPE e os conselheiros reforçam que mesmo que muitas propostas tenham sido fruto de escuta à população, foi apenas de parte dela. Os constantes freios às demandas da população por dilação de prazos e as informações por vezes incompletas fazem parecer que de fato não é possível parar, rever e propor novas datas, novos instrumentos – sobretudo pelo fato de essa lógica não se aplicar para procedimentos que envolvem as empresas, sendo prorrogados pela prefeitura até mais de uma vez. Há um manejo de instrumentos participativos que caem em contradição, que mais que ampliar podem reduzir o engajamento.

No caso da FECOPE, diferentemente dos usuários e vizinhos, os permissionários foram os únicos a serem contactados pela prefeitura sobre a concessão, mas também não fizeram parte da construção do processo. Muitos ainda hoje não entenderam como acessar o edital, e aqueles que acessaram tiveram dúvidas sobre suas garantias e riscos, dada a grande quantidade e complexidade dos documentos, o que levou a maior parte a apoiar o projeto.

Uma articulação mais importante com o poder público se deu a partir do Coletivo Cultural Noroeste, com uma aproximação mais intensa com os gestores da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, da Secretaria Municipal de Cultura e da Fundação Municipal de Cultura ao final de 2020. Não apenas participaram de reuniões, como os membros do coletivo conseguiram que representantes públicos promovessem a ponte direta entre a prefeitura e o coletivo, além de elaborarem um documento com questionamentos e diretrizes próprias sobre o novo CCPE. Além de o centro ser transferido para um terreno com algumas perdas do ponto de vista dos usuários, o coletivo se preocupa com a forma como o centro cultural é entendido pelo Grupo UAI, o qual se refere a essa nova construção como "o galpão no Carlos Prates".

A prefeitura já havia publicado dois materiais com diretrizes de projeto, mas com foco nos custos de instalação e manutenção, sustentabilidade e cumprimento das legislações urbanísticas, não havendo nada que garantisse a participação da população em seu desenvolvimento. Grande parte do material é dedicada ao programa do projeto, isto é, indicando o que deve haver e qual a área de cada espaço proposto, anunciando como conceituação a reprodução do programa atual. Além de não terem entrado em contato com os usuários para saber o que gostavam e não gostavam daquele programa, apenas o reproduzindo, apresentaram problemas básicos na nova proposta, que "se tivessem perguntado pra qualquer um, não teriam feito daquela forma", pontuou uma usuária. Como colocam Kapp e Baltazar (2012), o problema de muitas intervenções está na origem – prioridades pela perspectiva técnica, não no conhecimento e na experiência das pessoas – uma questão bem enunciada já revelaria boa parte da solução.

As diretrizes do coletivo vinham de outro lugar: do afeto, da experiência, do uso, incorporando novas dimensões para além das indicações planejadas.

Não apenas área mínima, mas diversidade de disposições espaciais; frente ao conforto térmico, o conforto para as pessoas; atrelado ao material de baixa manutenção, material próprio para cada atividade; o espaço do repouso além do trabalho. A falta de diálogo entre arquitetos da prefeitura com a população, apesar das inúmeras tentativas, provoca ainda uma lacuna nas informações disponibilizadas, os valores estão lá, mas as pessoas não sabem o quanto aquilo significa, o contrato pode ser acessado, mas a linguagem jurídica não é acessível.

Em busca de autonomia, esse é o termo que aparece, o coletivo busca sempre novos contatos para fortalecer a luta, "pessoas diversas que podem contribuir de maneira diversa". O coletivo, que nasceu da conexão entre pessoas de diferentes setores, como vizinhos, usuários e trabalhadores da FECOPE e vereadores, se expandiu com o contato com conselheiros e gestores públicos, e recentemente tem feito articulações com pessoas envolvidas a outros mercados, como o Mercado Distrital de Santa Tereza e a Central de Abastecimento Municipal, formando a Articulação dos Mercados. Além disso, a luta da FECOPE, local, tornou-se uma luta regional pela participação na cultura, associada não só aos mercados, mas ao orçamento para atividades culturais, aos blocos de carnaval, à transformação do Aeroporto Carlos Prates em espaço de lazer, expandindo sua atuação e reverberação.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A conclusão deste artigo é parte de uma pesquisa maior, ainda em curso, que pretende aprofundar questões levantadas e portanto expandir considerações. Há, contudo, apontamentos possíveis a serem delineados a partir da investigação feita sobre os conflitos socioespaciais em torno da FECOPE, sua história, suas representações e suas ressonâncias. Pode-se concluir que a análise desenvolvida ilustra diferentes disputas, com isso diferentes tipos de planejamento urbano e mobilizações em torno dos mercados municipais de Belo Horizonte. A multiplicidade de eventos, atores e relações complexifica o estudo, de modo que a generalização que se segue é proposta a título de proporcionar uma melhor apreensão e compreensão da dinâmica da FECOPE ao longo dos anos, considerando suas limitações.

Em linhas gerais, a história da FECOPE se assemelha a dos demais mercados, mas com algumas peculiaridades. Como apresentado, os primeiros mercados surgiram em BH no século XX, mas de maneira mais expressiva no período militar, como é o caso da FECOPE. Contudo, desde essa época, mantém suas diferenças, sendo o único dos mercados distritais propostos que não foi construído, tendo sua implementação apenas alguns anos depois e com outra configuração. Não como mercado fechado, mas como feira coberta, e, mais que isso, com a mistura da feira de alimentos e produtos com atividades festivas e de lazer, tensionando o conceito de cultura. Tendo sua inauguração em meio à ditadura, que dispensa qualquer análise de participação social, é, no mínimo curioso que a FECOPE tenha, de alguma forma, sobrevivido às tentativas de desmonte das feiras de rua na capital.

Outra especificidade da FECOPE é quanto à incorporação do CCPE em seu interior, agora formalmente um espaço cultural. Diferentemente da primeira disputa identificada, quanto à forma do espaço, entre feira e mercado, a disputa

que se desenrola nesse momento é quanto a seu uso, entre abastecimento e cultura. Ao invés de integrar as pessoas relacionadas à feira e ao centro cultural, as tentativas e sua implementação provocaram desentendimentos internos, entre diferentes segmentos sociais. Ressalta-se aqui outro tipo de política urbana, mais alinhada à autonomia que a heteronomia, em que o Orçamento Participativo tem importante papel. Mesmo sendo uma política ampla na cidade, é também curioso como a Feira Coberta foi a única a conseguir implementar um centro cultural junto a um equipamento de abastecimento municipal via OP.

A disputa mais recente envolvendo a FECOPE se trata das várias tentativas e da concessão dos mercados municipais de fato, uma disputa sobretudo pela gestão do espaço. Se a primeira disputa se acirrou entre poder público e sociedade civil, se a segunda foi entre diferentes parcelas sociais, a terceira parece uma mistura de todos setores, envolvendo diversos atores e envolvendo relações que transbordam suas categorias tradicionais. Iniciadas timidamente com o prefeito Fernando Pimentel, com intensidade com Marcio Lacerda, ambas gestões contaram com intervenções autoritárias em relação aos mercados municipais, sem grande êxito.

Interessa destacar sobretudo o atual processo no governo Kalil, o único que parece que será implementado, provavelmente por estar atrelado a uma postura "participacionista" – esse conjunto de leis e instrumentos criados para garantir o envolvimento da sociedade civil em propostas do governo, o qual, apesar de ser um avanço numa perspectiva histórica, possui vícios e armadilhas do planejamento urbano tradicional, restringindo o poder decisório. Importante notar os riscos desses participacionismos, mas principalmente atentar para os caminhos traçados a partir, a despeito e para além deles.

Como Souza, M. (2010) aponta, a sociedade deve explorar as contradições internas ao planejamento, buscando seus pontos vulneráveis e potencialidades, de modo que os canais participativos institucionais possam complementar a ação direta, em suas diferentes medidas – não se trata de considerar as instâncias formais como insurgentes, mas da *manobra* de suas relações podem surgir ações insurgentes.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. 'O que é um dispositivo?', Conferência no Brasil em setembro de 2005, traduzida por Nilcéia Valtdati.

ANDRADE, Jeferson. *Padre Eustáquio (BH, a cidade de cada um)*. Belo Horizonte: Conceito Editorial, 2013.

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASTRIOTA, Leonardo. Introdução: Belo Horizonte, a arquitetura da modernidade. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG/Instituto de Arquitetos do Brasil-Departamento MG, 2017, p. 13-30.

CMBH. Câmara Municipal de Belo Horizonte. 2021. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

GRUPO UAI. Uai Grupo. 2021. Disponível em: <<http://uaigrupo.com.br/>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

KAPP, Silke & BALTAZAR, Ana Paula. The paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy. *Bulletin of Latin American Research*, v. 31, pp. 160–173, 2012.

LAZZAROTTI, Regina. *A gente não quer só comida: Um estudo de caso sobre o Centro Cultural Padre Eustáquio*. Trabalho de Conclusão de Curso (em Turismo). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

LOPES, João Marcos; KAPP, Silke e BALTAZAR, Ana Paula. Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres, artigo apresentado no *SILACC 2010*, São Carlos.

MORADO, Denise; ROMEIRO, Paulo; ROSA, Sara; MOURA, Rafael; FRANZONI, Júlia; MENDONÇA, Pedro. O mecanismo da parceria público-privada como reforma do Estado. In: *Cidade Estado Capital: reestruturação urbana e resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo*. 1. ed. São Paulo: FAUUSP, 2018. p12-p.37.

NUNES, Rodrigo. *Organisation of the Organisationless*. Collective Action After Networks. Londres: Mute/PML Books, 2014.

PBH. Prefeitura de Belo Horizonte. 2021. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

PBH. Diagnóstico Propositivo para o Mercado de Santa Tereza. 2016. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/projetos-urbanos/mercado-santa-tereza>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

PBH Ativos S.A. PBH Ativos S.A. 2021. Disponível em: <<https://pbhativos.com.br/>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

RANCIÈRE, Jacques. 'The emancipated spectator', *Artforum*, March 2007, pp. 270–281.

SOUZA, Lays Silva de. *Viver e Comer na Cidade: Políticas públicas para o abastecimento alimentar em Belo Horizonte (século XX)*. Dissertação de Mestrado (em história). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a Ágora: Reflexões em Torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.